



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2024-PMS

Processo Licitatório nº 166/2024-PMS.

Contratação nº 902102024

O SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – SINDESP/SC, pessoa jurídica de direito privado, entidade sindical representante da categoria profissional, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.577.553/0001-03, sediado na Rua Deodoro, 226, Ed. Marco Pólo, 4º andar, Centro, Florianópolis/SC, vem, respeitosamente, a presença de Vossa Senhoria, por meio de seu procurador abaixo assinado, com fulcro no artigo, no art. 164 da Lei nº 14.133/21, c/c item 10.1 do edital, apresentar ***Impugnação ao Edital de Pregão Eletrônico nº 52/2024-PMS***, conforme as razões que passa a aduzir:

I - LEGITIMIDADE DO SINDICATO

A Constituição Federal, em seu artigo 8º, III, estabelece ampla e extraordinária legitimidade dos sindicatos para defender os direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria que representam, conforme segue:

Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

[...]



III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou **administrativas**

Ainda, tal representação é de tão notável legitimidade que a Suprema Corte de Justiça sedimentou o entendimento de que sequer existe a necessidade de autorização expressa dos interessados.

Esta Corte firmou o entendimento segundo o qual o sindicato tem legitimidade para atuar como substituto processual na defesa de direitos e interesses coletivos ou individuais homogêneos da categoria que representa. (...) Quanto à violação ao artigo 5º, LXX e XXI, da Carta Magna, esta Corte firmou entendimento de que é desnecessária a expressa autorização dos sindicalizados para a substituição processual. ([RE 555.720-AgR](#), voto do Rel. Min. Gilmar Mendes, julgamento em 30-9-08, 2ª Turma, *DJE* de 21-11-08)

Nada obstante, cabe ressaltar o que dispõe a Lei nº 14.133/21, no que tange à legitimidade para impugnação de edital:

Art. 164. **Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação** por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Dessa feita, torna-se inquestionável a legitimidade dos sindicatos em provocar a apreciação do vício do edital, atuando assim como substituto dos interessados que representa.

Ante as considerações feitas inicialmente, o Impugnante passa agora a questionar alguns pontos que comprometem o interesse público da Administração, e dos administrados, maculando a validade do certame, como adiante demonstrado, sendo necessária a retificação editalícia.



II – SÍNTESE FÁTICA

O município de Schroeder realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, cujo objeto é a contratação de empresa prestadora de serviços de locação de equipamentos para vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme com monitoramento contínuo via rede móvel (GPRS/3G/4G) e via internet (se houver a disponibilidade do local), consoante especificações e condições constantes no edital e anexos.

O Sindicato ora impugnante, com vistas à garantia dos interesses de seus associados, procedeu a análise do instrumento convocatório, constatando a ocorrência de grave equívoco na redação editalícia, porquanto não consignada a necessidade de comprovação da autorização legal das empresas licitantes para exercício das atividades de segurança privada, emitido pelo Departamento de Polícia Federal, o que gera um grave precedente de insegurança para a futura contratação, na medida em que poderão ser contratadas empresas sem aptidão mínima para garantir a boa execução dos serviços.

Nesse sentido, não há que se afastar tão importante requisito, principalmente no contexto social ora vivenciado, onde há o crescimento exponencial da violência em nosso país.

Diante o exposto, apresenta-se a presente impugnação, a fim de que seja retificado o processo licitatório em escopo, prestigiando a legalidade na condução do certame.

III – MÉRITO DA IMPUGNAÇÃO

III.I Da necessidade de comprovação da autorização legal para desempenho das atividades de vigilância eletrônica

O objeto do presente processo licitatório concerne à contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de vigilância eletrônica.



Ocorre que, desde o dia 10 de setembro de 2024, com a publicação da Lei nº 14.967/2024, que instituiu o Estatuto da Segurança Privada, todas as empresas que prestam serviços de segurança privada, incluídas as que executam atividades de monitoramento dos sistemas de vigilância eletrônica, tal qual o objeto do presente certame, senão vejamos:

Art. 2º Os serviços de segurança privada serão prestados por pessoas jurídicas especializadas ou por meio das empresas e dos condomínios edifícios possuidores de serviços orgânicos de segurança privada, neste último caso, em proveito próprio, com ou sem utilização de armas de fogo e com o emprego de profissionais habilitados e de tecnologias e equipamentos de uso permitido.

Art. 4º A prestação de serviços de segurança privada depende de autorização prévia da Polícia Federal, à qual competem o controle e a fiscalização da atividade, nos termos do art. 40.

O texto legal consolida o entendimento de que qualquer empresa que preste os serviços de segurança privada, seja armada ou desarmada, encontra-se sob o âmbito de aplicação da Lei nº 14.967/2024 e, portanto, está obrigada a ser autorizada pela Polícia Federal.

Adiante, cita-se as disposições do art. 5º do Estatuto:

Art. 5º Sem prejuízo das atribuições das Forças Armadas, dos órgãos de segurança pública e do sistema prisional, são considerados serviços de segurança privada, para os fins desta Lei, nos termos de regulamento:

- I - vigilância patrimonial;
- II - segurança de eventos em espaços de uso comum do povo;
- III - segurança nos transportes coletivos terrestres, aquaviários e marítimos;



IV - segurança perimetral nas muralhas e guaritas;

V - segurança em unidades de conservação;

VI - monitoramento de sistemas eletrônicos de segurança e

rastreamento de numerário, bens ou valores;

VII - execução do transporte de numerário, bens ou valores;

VIII - execução de escolta de numerário, bens ou valores;

IX - execução de segurança pessoal com a finalidade de preservar a integridade física de pessoas;

X - formação, aperfeiçoamento e atualização dos profissionais de segurança privada;

XI - gerenciamento de riscos em operações de transporte de numerário, bens ou valores;

XII - controle de acesso em portos e aeroportos;

XIII - outros serviços que se enquadrem nos preceitos desta Lei, na forma de regulamento.

O referido artigo conceitua o gênero segurança privada, bem como as espécies de serviços que o integram, dentre os quais se encontram os serviços de monitoramento dos sistemas eletrônicos de segurança, devidamente especificados no art. 7º, *in verbis*:

Art. 7º A prestação do serviço de monitoramento de sistemas eletrônicos de segurança, previsto no inciso VI do caput do art. 5º, compreende:

I - a elaboração de projeto que integre equipamentos eletrônicos utilizados em serviços de segurança privada;

II - a locação, a comercialização, a instalação e a manutenção dos equipamentos referidos no inciso I;

III - a assistência técnica para suporte à utilização dos equipamentos eletrônicos de segurança e a inspeção técnica deles.



§ 1º A inspeção técnica referida no inciso III do caput consiste no deslocamento de profissional desarmado ao local de origem do sinal enviado pelo sistema eletrônico de segurança para verificação, registro e comunicação do evento à central de monitoramento.

Assim sendo, com o advento do Estatuto da Segurança Privada, as pessoas jurídicas que exerçam atividades de vigilância, inclusive eletrônica, sem a devida autorização pelo Departamento de Polícia Federal são consideradas clandestinas, sendo vedada sua atuação.

Oportuno destacar que, o risco advindo da prestação dos serviços por empresas clandestinas não atinge só o patrimônio a ser resguardado, mas também as pessoas, posto que profissionais sem qualquer qualificação se revestem de poder de polícia no âmbito de seu labor, utilizando, muitas vezes a força de maneira indevida.

Exatamente para coibir os riscos sociais da atuação ilegal de empresas clandestinas é que o legislador incluiu no bojo do Estatuto da Segurança Privada a obrigatoriedade de que os contratantes dos serviços de vigilância privada exijam a comprovação da regularidade de seus prestadores de serviço:

Art. 3º

(...)

Parágrafo único. As pessoas físicas e jurídicas contratantes dos serviços de segurança privada regulados por esta Lei **não poderão adotar modelos de contratação nem definir critérios de concorrência e de competição que prescindam de análise prévia da regularidade formal da empresa contratada.**

O artigo supracitado restringe o âmbito discricionário dos contratantes de empresas de segurança privada, que não poderão deixar de analisar a regularidade destas, sob pena, inclusive, de aplicação de sanções:



Art. 46.

(...)

§ 2º Às pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado que contratarem serviços de segurança privada em desconformidade com os preceitos desta Lei poderão ser impostas as penas previstas neste artigo.

Art. 48. A Polícia Federal aplicará a multa prevista no inciso II do caput do art. 47 às pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado que organizarem, oferecerem ou contratarem serviço de segurança privada com inobservância do disposto nesta Lei, sem prejuízo da cessação imediata da prestação de serviço de segurança privada e das sanções civis, penais e administrativas cabíveis.

Imperioso destacar que a exigência do Alvará de Autorização de Funcionamento válido, expedido pelo Departamento de Polícia Federal, bem como a prova de comunicação das atividades à Secretaria de Segurança Pública Estadual é regra obrigatória, preconizada no art. 19 e art. 40, §1º da Lei nº 14.967/2024, sendo a continuidade do certame sem a consignação dos requisitos legais manifesta afronta ao princípio da legalidade.

Em face do exposto, pugna-se pela inclusão no edital do Pregão Eletrônico nº 52/2024-PMS a exigência dos documentos que regulamentam a atividade das empresas de segurança privada, emitidos pelo Departamento de Polícia Federal e pela Secretaria de Segurança Pública, nos termos da Lei nº 14.967/2024, conferindo o estrito atendimento aos princípios do interesse público, legalidade e eficiência, insculpidos no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, bem como no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.



IV – PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Demonstradas as irregularidades no instrumento convocatório e seus anexos, conforme as razões expostas, pugna pelo recebimento, processamento e acolhimento desta impugnação, reconhecendo-se as ilegalidades arguidas, e por consequência fática das nítidas ilegalidades, requer-se a a integração das exigências de habilitação supracitadas, posto que munidas de vasto arcabouço legal que demonstram sua necessidade.

Pede deferimento,
Florianópolis/SC, 21 de outubro de 2024.

ALUISIO C. GUEDES PINTO
OAB/SC 3.899

TATIANA CRISTINA PEREIRA FERRARI
OAB/SC 44.833